

Sete grandes pedem aos bancos redução da dívida

16 JUL 1989

Paris — A declaração final da reunião de cúpula dos sete grandes incluirá um "solene chamado para que os bancos dêem um passo adiante" em relação à questão da redução da dívida dos países pobres e, principalmente, ao caso do México, que deve "servir de exemplo", disse ontem, em Paris, o ministro de Fazenda da França, Pierre Béregovoy.

Comentando as discussões iniciais entre os ministros de Fazenda dos Estados Unidos, Japão, Alemanha Federal, Grã-Bretanha, França, Canadá e Itália, Béregovoy explicou que os bancos credores dos países mais endividados, os chamados países de renda intermediária (em sua maioria latino-americanos), devem agora "compreender que (fazer um esforço) resulta em seu próprio benefício".

O ministro explicou que entre os ministros de fazenda havia se estabelecido "um amplo consenso" em relação a este plano, sobre o qual a reunião de cúpula de Paris resultará "muito positiva". Segundo o ministro, o Fundo Monetário International e o Banco Mundial decidiram conceder financiamentos no valor de 24 bilhões de dólares, para favorecer a solução dos problemas apresentados nos casos do México, Marrocos e Costa do Marfim.

DIALOGO CONSTRUTIVO

O presidente Mikhail Gorbachev

propôs ao grupo dos sete um "diálogo construtivo" que leve a União Soviética a participar plenamente na economia mundial. "O resto do mundo pode se beneficiar da abertura" do mercado soviético, acrescentou Gorbachev, em uma carta enviada ao chefe de estado francês, François Mitterrand, que preside a 15ª reunião de cúpula.

A cúpula se comprometeu a "apoiar o impeto" das reformas democráticas na Polônia e Hungria e advertiram a China que se prosseguir na repressão a dissidentes se arriscaria ao isolamento internacional. Apesar das palavras de estímulo à Polônia e à Hungria, a declaração não deu indícios de uma ajuda imediata para respaldar à oferecida pelo presidente norte-americano George Bush no montante de 125 milhões de dólares a esses dois países comunistas.

Por sugestão do chanceler alemão, Helmut Kohl, o documento político da cúpula foi emendado pelos dirigentes para dar enfase à "necessidade urgente de assistência em alimentos" para a Polônia, devido à grande escassez que se registra nesse país. O documento faz uma exortação a "todos os países interessados" a que se reúnam dentro das próximas semanas para recomendar com ajuda econômica as reformas que estão sendo feitas na Polô-

nia e na Hungria.

Os chefes de Estado e de governo dos sete principais países industrializados também se comprometeram a "dar novo desenvolvimento" aos direitos humanos. Os sete recordam que "em 1789 se proclamaram solemnemente os direitos do homem e do cidadão" e reiteram seu "compromisso em favor da liberdade, dos princípios democráticos e dos direitos humanos".

Embora a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher não desejasse que se mencionasse "a obrigação da geração atual de zelar para que as gerações futuras recebam uma herança e um meio ambiente saudável", por insistência da RFA e Canadá a frase figura na declaração. O texto condena "a tortura sob todas suas formas" e destaca que os progressos médicos (genética, transplante de órgãos) "devem se aplicar no respeito dos direitos humanos".

A cúpula também concordou em criar um grupo de trabalho, denominado "célula de ação financeira", contra a "lavagem" de dinheiro proveniente do tráfico de drogas. O porta-voz da presidência francesa, Hubert Vedrine, afirmou, em uma entrevista coletiva, que o problema das drogas, seus efeitos na juventude e suas consequências financeiras foram temas centrais do almoço entre os sete grandes e de uma parte da sessão plenária realizada à tarde.